



COMISSÃO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS

Parecer sobre o projecto de decreto legislativo regional que visa instituir na Região o "Dia do Poder Local".

Reunida no dia 10 de Abril, numa das salas do Palácio dos Capitães Generais, em Angra do Heroísmo, a Comissão apreciou a iniciativa legislativa em epígrafe, sobre a qual emite, por unanimidade, o parecer que se segue:

I

APRECIACÃO NA GENERALIDADE

A Comissão entende que a iniciativa legislativa merece a sua concordância pois, na verdade, o poder local é um dos elementos fundamentais da organização do Estado Democrático que nos propomos construir e que está, aliás, constitucionalmente previsto, sendo do máximo interesse o seu aprofundamento teórico e prático.

Há, assim, que pensar o poder local na sua filosofia e nos seus aspectos institucionais, bem como na sua regulamentação e na prática quotidiana pelos cidadãos.



Afigura-se-nos, pois, conveniente um claro pronunciamento da Assembleia Regional no sentido de ser fomentado o estudo do poder autárquico e amplamente debatidos a forma do seu exercício, a sua organização, os seus meios e objectivos, as suas potencialidades presentes e as previsíveis a médio prazo, bem como os modos mais adequados de participação das populações.

Julga-se que, de facto, uma das formas adequadas de a Assembleia Regional se manifestar será estabelecendo uma data anual especialmente destinada aos referidos objectivos, a qual será designada por "Dia do Poder Local".

## II

### APRECIAÇÃO NA ESPECIALIDADE

O projecto em análise aponta para a aprovação de um decreto legislativo regional, mas a Comissão entendeu dever sugerir que se opte por uma resolução, dado que o diploma não conterà, na realidade, nenhum aspecto normativo, quer de carácter legislativo quer regulamentar, pois não constitui um imperativo, não criando nem direitos nem obrigações para quaisquer entidades públicas ou privadas.

Na verdade, não se cria um dia feriado, apenas se aponta para uma data que <sup>se</sup>pretende tenha um específico significado nos planos cívico, político e cultural.

No que concerne à data em concreto concorda-se com a proposta — 26 de Novembro — em virtude de a efeméride que é apontada no projecto: data do Decreto nº. 25, de 1830, do Governo da



Regência do Reino, estabelecida na Ilha Terceira (cf. em anexo o preâmbulo, os artigos 1º. e 17º. e a data e assinatura).

Na realidade, é de grande relevância, na organização do Estado Português, a instituição de Juntas de Paróquia ou Juntas de Freguesia, democraticamente eleitas. Esse acto legislativo teve lugar nos Açores e assim parece inteiramente justificado que seja a sua data, a data do "Dia do Poder Local" na Região Autónoma dos Açores.

A Comissão observou e congratulou-se com o facto de ter reunido, para a apreciação deste projecto de diploma, precisamente no mesmo Palácio em que o referido Decreto foi aprovado e assinado — o Palácio dos Capitães Generais.

### III

#### SUGESTÃO DE REDACÇÃO

Em consequência do exposto, a Comissão é de parecer, por unanimidade, que a iniciativa em análise tome a seguinte forma:

#### "PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

No dia 26 de Novembro de 1830, o Governo da Regência, instalado em Angra, aprovou o Decreto nº. 25, pelo qual foram instituídas em Portugal as Juntas de Paróquia.

Justifica-se a criação deste órgão por ser "necessário para o bom regimento e polícia dos povos que haja em todas as paróquias alguma autoridade local que possua a inteira confiança dos vizinhos e que seja especialmente en -



.../...

carregada de prover e administrar os negócios e interesses particulares dos mesmos".

Cabe, assim, aos Açores a relevante circunstância de figurarem na história da organização do poder local em Portugal com um evento notável: a criação das Juntas de Freguesia, como hoje são chamadas.

Por outro lado, a acção preponderante que o poder local vem assumindo na construção do Estado Democrático e, também, da Autonomia Regional justifica que o mesmo seja constantemente tomado como tema de reflexão e debate, com vista ao seu desenvolvimento teórico e prático.

Julga-se, assim, que a institucionalização de um dia especialmente destinado às autarquias poderá significar, para todos os cidadãos da Região Autónoma dos Açores, um momento essencialmente propício a essa reflexão, servindo, do mesmo passo, como ocasião de frutuoso diálogo.

Assim, a Assembleia Regional dos Açores resolve:

É proclamado "Dia do Poder Local", na Região Autónoma dos Açores, o dia 26 de Novembro."

Palácio dos Capitães Generais, 10 de Abril de 1985.

O Relator,

  
(Fernando Faria)

O relatório foi aprovado por unanimidade em 10 de Abril de 1985.

O Presidente,

Ass: (Melo Alves)

domiciliadas em Dominios de Portugal, pescar toda a sorte de Peixe, e com qualquer Armação, Rede, ou Arte, que não seja prohibida por Lei geral; salga-lo, empilha-lo, secca-lo, ou derrete-lo, como mais lhe convier.

20.º Fica similhantemente abolido qualquer Privilegio concedido a alguma Pessoa, Corporação, ou Companhia, de tomar por força Remeiros, Pescadores, ou outras pessoas para trabalharem nas suas Armações, Redes, ou Artes de Pescaria, e de lhes taxar, ou fazer taxar jornal certo, que sejam constrangidos a receber.

He por tanto livre a cada um servir a quem quizer, e pelo jornal, que ajustar.

21.º Não he da intenção da Regencia extinguir quaesquer Companhias, a que estejam concedidos os Privilegios abolidos pelos Artigos 19.º e 20.º, as quaes poderão, se aprouver aos Socios, continuar a empregar os seus cabedaes em tão louvavel industria, ficando amplamente recompensados dos exclusivos, que perdem pelos favores concedidos geralmente pelo presente Decreto.

22.º He permittido a todos os Portuguezes, e pessoas legalmente domiciliadas em Portugal, formar Sociedades de Pescaria, para exercerem por si, ou por interpostas pessoas, este Ramo de Industria, ou para salgarem, ou seccarem o Pescado, ou para extrahir o Azeite, e outros productos, que do Pescado se podem extrahir.

Estas Sociedades serão sujeitas ás mesmas regras, e reguladas pelos mesmos principios, por que se governão geralmente as Sociedades de Commercio, ou Industria.

23.º Cessará de hoje em diante a necessidade, que ha em alguns Portos, de ser incorporado em alguma Confraria, Irmandade, ou Compromisso, para poder ser Pescador, ficando livre a todos a profissão da Pescaria, sejam, ou não sejam incorporados.

Os Compromissos, Irmandades, e Confrarias ficarão todavia subsistindo para os que nellas são, ou forem de futuro incorporados, os quaes gozarão exclusivamente de todas as vantagens legitimas, e supportarão todos os encargos da incorporação.

24.º As disposições do presente Decreto são applicaveis sómente aos Portos, Bahias, Angras, Enseadas, e Costas do Mar; e aos Rios nas partes sómente, e até onde chega a agoa do Mar nas marés vivas do anno; ficando nos Rios de agoa dôce vigorando a Legislação actualmente existente.

O Ministro e Secretario d'Estado o tenha assim entendido, e o faça executar. Palacio do Governo em Angra, 6 de Novembro de 1830.

*Marquez de Palmella. — Conde de Villa-Flor. — José Antonio Guerreiro.  
Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.*

== ( N.º 25. ) ==

Sendo necessario para o bom regimento, e policia dos Povos que haja em todas as Parochias alguma Authoridade local, que possua a inteira confiança dos visinhos, e que seja especialmente encarregada de prover, e administrar os negocios, e interesses particulares dos mesmos: Manda a Regencia, em Nome da Rainha que, em quanto por Lei Constitucional não fôr definitivamente estabelecida a nova ordem e administração municipal, se guardem as seguintes disposições:



**Art. 1.º** Haverá em cada Parochia uma Junta nomeada pelos Visinhos da Parochia, e encarregada de promover, e administrar todos os negocios, que forem de interesse puramente local.

Esta Junta nas Parochias, que tiverem menos de duzentos fogos, será composta de tres Membros; de cinco nas Parochias, que tiverem duzentos ou mais fogos, porém menos de seiscentos; e de sete nas Parochias, que tiverem seiscentos fogos, ou d'ahi para cima.

**Art. 2.º** Ao mesmo tempo, e pelo mesmo modo, por que forem nomeados os Membros da Junta, será nomeado tambem um Secretario, o qual servirá de Escrivão do Regedor, como adiante será disposto.

Os Membros, e o Secretario da Junta servirão por dous annos; e no fim deste tempo poderão ser reeleitos todos, ou algum delles, se a isso se não recusarem.

Suas funcções serão inteiramente gratuitas; porém o Secretario pelos Autos, e Diligencia, que fizer, como Escrivão dante o Regedor da Parochia, vencerá os Emolumentos, que vão declarados no Artigo 25.º

**Art. 3.º** Tem voto na eleição dos Membros, e Secretario da Junta de Parochia todos os Chefes de familia, ou Cabeças de fogo, domicilia-rios no districto da Parochia, que não são aqui expressamente excluidos.

São excluidos:

§. 1.º Os que não forem Cidadãos Portuguezes, e os que estiverem suspensos do exercicio dos Direitos Politicos, conforme o que se acha disposto nos Artigos 7.º, 8.º, e 9.º, da Carta Constitucional.

§. 2.º Os que não tiverem residido no districto da Parochia por dous annos ao menos.

§. 3.º Os que por causa fisica ou moral estiverem judicialmente interditos da livre administração de seus bens.

§. 4.º Os que vivem por jornal mais de nove mezes em cada anno.

§. 5.º Os Criados que servem por soldada.

§. 6.º Os Mendigos.

§. 7.º Os que não tem modo de vida conhecido.

**Art. 4.º** Quando a Cabeça de fogo for mulher viuva, que tenha um ou mais filhos varões em sua companhia, este ou o mais velho destes será admittido a votar na Eleição, se sua Mãe o não contradisser, e elle não estiver comprehendido em alguma das causas de exclusão mencionada no Artigo 3.º

Quando muitos irmãos, emancipados viverem em commun, será recebido a votar aquelle, que fizer as vezes de Cabeça de fogo; e, na falta de um com esta qualificação, será recebido a votar o mais velho.

**Art. 5.º** Podem ser eleitos para Membros, e Secretario da Junta todos os moradores da Parochia, ainda que não sejam Chefes de familia, nem Cabeças de fogo.

Exceptuam-se porém:

§. 1.º Os Juizes do Cível ou do Crime, que tem jurisdicção na Parochia.

§. 2.º Os Empregados na Administração, ou Fazenda Pública nomeados pelo Poder Executivo.

§. 3.º Os Vereadores, e mais Officiaes da Camara.

§. 4.º Os Militares da 1.ª Linha empregados em serviço effectivo.

§. 5.º Os que são comprehendidos em algumas das causas d'exclusão mencionadas no Artigo 3.º

**Art. 6.º** A Eleição será feita no segundo Domingo do mez de Dezembro do presente anno, e d'aqui em diante em outro igual dia do mez

§. 14.º Cuidar na conservação da Saude Pública, fazendo remover quaesquer animaes mortos, ou materias pútridas, que possam inficionar o ar; mandando matar os animaes, que se souber, ou fortemente suspeitar que são atacados de hydrophobia, ou raiva; fazendo pear qualquer besta, que escoucêa, acabramar o boi, que marra, ou açaimar o cão, que morde, e dando todas as mais providencias evidentemente exigidas pelos casos occorrentes.

Quando em estes, ou outros semelhantes casos, a pessoa responsavel se recusar a fazer cessar a causa do perigo público, sendo para isso notificada, o Regedor o mandará fazer á sua custa, e a executará pelas despesas.

§. 15.º Constranger executivamente os vizinhos da Parochia a contribuiem com as fintas, ou dias de trabalho para as obras do commum, que tiverem sido devidamente ordenadas, como será declarado no Artigo 23.º, não excedendo a finta, ou o valor do trabalho, que cada um deve, a quantia de quatrocentos réis.

§. 16.º Fazer guardar na Parochia todos os Regulamentos de Policia geral, cujo cumprimento lhe fôr encarregado.

§. 17. Satisfazer a todas as requisições, que para bem da administração da Justiça Criminal lhe forem feitas pelo Juiz de Fôra, ou do Crime, ou pelo Promotor da Justiça.

§. 18.º Satisfazer a todas as requisições, ou incumbencias, de que fôr encarregado pela Authoridade superior administrativa do Concelho.

Art. 16.º As attribuições do Regedor da Parochia, que até aqui ficaram declaradas, não prejudicam a Jurisdicção, e Poder, que pelas Leis existentes compete ás outras Authoridades sobre os mesmos objectos; e nestes casos a Jurisdicção de uns, e outros será cumulativa.

Das suas decisões dentro da alçada aqui marcada não haverá recurso algum.

#### Art. 17.º Compete á Junta da Parochia:

§. 1.º Cuidar na conservação, e reparos da parte da Igreja, que está a cargo dos Parochianos, e nas despesas do Culto Divino, a que estes são obrigados: e receber, e administrar quaesquer rendimentos ou esmolas, que estejam applicados para a Fabrica desta parte da Igreja.

§. 2.º Promover a Saude Pública da Parochia, fazendo que sejam dessêcadas todas as agoas estagnadas sujeitas á corrupção, e quaesquer pantanos, que inficionem o ar, e vigiando constantemente em que se não introduzam na Parochia, e sejam atalhadas com tempo quaesquer molestias contagiosas.

§. 3.º Vigiar sobre as Escôlas de Primeiras Letras estabelecidas na Parochia, e, não cumprindo os Mestres com os seus deveres, dar parte ás Authoridades competentes.

§. 4.º Cuidar na conservação, limpeza, e reparo das fontes, poços, canos, e presas de agua do uso commum da Parochia; ou de alguma consideravel parte della.

§. 5.º Cuidar na boa conservação, e reparo das Pontes, e caminhos do uso particular dos vizinhos da Parochia, em que não são comprehendidas as Estradas Reaes, nem as Pontes, por onde as mesmas passam, por serem estas da competencia de Authoridades superiores.

§. 6.º Cuidar na conservação, e plantação de quaesquer bosques, e arvores, pertencentes ao commum da Parochia, assim dos que já existirem, como dos que de novo poderem ser plantados para formosura dos caminhos, e logares publicos, e para abastecimento de lenhas, e madei-

ras. Havendo no Territorio da Parochia terrenos baldios, em que os visinhos queiram fazer bosques, ou devezas, ou outra cultura, que sejam propriedade sua, e rendam para as suas despezas, a Junta os pedirá á Camara, a qual lhe poderá dar, e demarcar até um moio de terra, a razão de duzentas braças em quadro por alqueire, sem Foro nem Pensão alguma, do que se farão as necessarias Escripturas. Esta data porém ficará nulla, se os Terrenos não forem cultivados, e aproveitados dentro dos primeiros cinco annos seguintes.

§. 7.º Dirigir a construcção de todas as Obras Públicas, que de novo forem feitas á custa da Parochia.

§. 8.º Dispendir por Mandados seus, passados pelo Secretario, quaesquer dinheiros do commum, que estiverem em mãos do Thesoureiro.

§. 9.º Administrar quaesquer Bens, Edifícios, ou Rendimentos, que possa haver pertencentes á Parochia, e fazer promover pelo Thesoureiro a execução contra os Devedores, ou Constituintes.

§. 10.º Propôr, e pedir á Camara do Concelho a nomeação de um ou mais Jurados, conforme as disposições da Ord. Liv. I., Tit. 66, §. 6, e o estabelecimento das Posturas, que forem necessarias para a boa guarda dos campos, searas, bosques, ou arvoredos, para a boa Policia Municipal, e para tudo o mais, que possa interessar em particular os visinhos da Parochia.

§. 11.º Seguir, ou intentar quaesquer pleitos, em que os visinhos da Parochia, em commum, sejam Auctores ou Réos, precedendo, no primeiro caso, o consentimento dos mesmos visinhos, convocados para esse fim a Acôrdo geral, pela fórma, que adiante será declarada nos Artigos 21.º, 22.º, e 23.º

§. 12.º Vigiar sobre a boa criação, e educação dos Expostos, que tiverem sido dados a Amas da Parochia, e participar á Camara qualquer falta, que se observe neste importante objecto.

§. 13.º Conservar um Registo exacto dos Casamentos, Nascimentos, e Obitos, que forem acontecendo na Parochia, assentando em Registos separados os Nomes dos que casam, com declaração de seus Pais, e Naturalidades; os Nomes dos que nascem, com declaração de Pai, e Mãe, se forem legitimos, ou da Mãe sómente se o não forem; e os Nomes dos que morrem, com a indicação de suas Idades, Estado, e Profissão.

E bem assim formar cada anno, por todo o mez de Janeiro, o rol de todas as pessoas de ambos os sexos residentes na Parochia, com indicação do Estado, Idade, e Profissão de cada uma. Este rol ficará guardado no Archivo da Parochia, e delle será enviada uma Copia assignada pelos Membros da Junta, em todo o mez de Fevereiro de cada anno, á Authoridade administrativa do Concelho; e, em quanto esta não fôr creada, á Secretaria d'Estado.

Faltando a Junta á formação deste rol, ou á sua remessa no tempo ordenado, se mandará proceder á sua formação á custa dos Membros da Junta.

§. 14.º Convocar o Povo a Acôrdo geral, todas as vezes que fôr conveniente para tractar negocios do bem, e interesse commum.

§. 15.º Guardar todas as Escripturas, Sentenças, e quaesquer outros Papéis do interesse da Parochia, dos quaes se fará circumstanciado Inventario.

A Junta poderá guardar o seu Archivo na Sacristia, ou parte da Sacristia pertencente aos Parochianos; e ali mesmo, se quizer, poderá fazer as suas reuniões.



ante os Logares de Juizes das Vintenas, ou dos Limites, o de Eleitos, e dos seus respectivos Escrivães, por ficarem todas as suas attribuições refundidas nos Regedores, e Juntas de Parochia.

O Ministro e Secretario d'Estado o tenha assim entendido e o faça executar. Palacio do Governo em Angra, vinte e seis de Novembro de mil oitocentos e trinta.

*Marquez de Palmella. — Conde de Villa-Flór. — José Antonio Guerrero. Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.*

### TABELLA,

*Dos Emolumentos que deve levar o Escrivão d'ante o Regedor da Parochia.*

De cada Auto de Acção julgada verbalmente pelo Regedor, no qual deve ir incluído o Mandato para o condemnado pagar, ou ser executado.....	cem réis.....	100
De cada Auto de Penhora, Arrematação, e Venda de Penhores.....	cem réis.....	100
De todos os mais Autos, e de cada um....	cem réis.....	100
De cada Citação, e Certidão della.....	oitenta réis.....	80
De cada Citação para comparecer perante o Regedor, das quaes não é necessario Certidão.....	quarenta réis.....	40
De cada prisão, em que não é comprehendido o Auto della, o qual será pago em separado.....	duzentos réis.....	200
Todos os Autos, e Diligencias feitos de Officio, em que não houver Parte interessada, serão gratuitos.		

Palacio do Governo em Angra, vinte e seis de Novembro de mil oitocentos e trinta. — *Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.*

### AVISO.

A Regencia, em Nome da Rainha, Manda remetter a Vm., como Presidente da Camara de Angra, quatorze exemplares do Decreto de 26 de Novembro passado, pelo qual se mandam crear Juntas Parochiaes em todas as Freguezias da Cidade, e do Termo; e Ordena, em Nome da Mesma Augusta Senhora, que Vm., convocando sem perda de tempo a Camara, os Vereadores, e os mais Officiaes della, com elles dê todas as providencias necessarias para o inteiro, e pontual cumprimento do que naquelle Decreto é ordenado, fazendo para esse fim tantas Vereações extraordinarias quantas forem necessarias. O primeiro dever da Camara é distribuir a cada Juiz de Limite um Exemplar do Decreto, inculcando-lhes a importancia das suas attribuições, e a influencia, que a execução dellas hade ter na prosperidade e bem estar dos moradores de cada Parochia, e encarregando-os de assim o fazerem saber a todos os visinhos do respectivo Limite, e de lhes persuadir o dever, que tem de concorrerem á Eleição, e de darem os seus votos nas pessoas mais capazes de vigiar, e promover os interesses de todos. A Regencia está persuadida